

Jornadas pela Democracia Energética

Relatório



Fevereiro de 2025

JORNADAS PELA DEMOCRACIA ENERGÉTICA

LISBOA

11-12 MAIO
2024

JUNTA-TE!

ENTRADA
LIVRE

INSCREVE-TE
JÁ!

ESCOLA SECUNDÁRIA
DE CAMOES

POR UM MODELO
ENERGÉTICO PÚBLICO,
COMUNITÁRIO
E SEM FÓSSEIS!

@DENENERGETICA
DEMOCRACIA-ENERGETICA.PT

Índice

1. Introdução.....	5
2. Manifesto	6
3. Resumos das sessões.....	9
3.1. Abertura e <i>keynote</i>	9
3.2. Comunidades auto-organizadas em torno da sua própria energia.....	16
3.3. Decrescimento e suficiência energética - quais os caminhos para uma sociedade com muito menor dependência energética?	19
3.4. Energia e mobilidade comunitárias.....	20
3.5. Energia e bem-estar – habitação e pobreza energética	22
3.6. Por uma energia pública e comunitária.....	24
3.7. Lutas e movimentos sociais contra grandes projetos energéticos: solar, eólico, mineração e extrativismo	26
3.8. Donos do vento: o papel da copropriedade e do investimento na transição energética	26
3.9. Uma transição justa para os trabalhadores do setor energético	29
3.10. Visões de um futuro energético <i>solarpunk</i>	29
3.11. Workshop final: redes para a democracia energética - próximos passos para o diálogo.....	30
4. Uma análise conjunta das JDE e dos seus resultados: as JDE atingiram os seus objetivos?	32

1. Introdução

As Jornadas pela Democracia Energética (JDE) (www.democracia-energetica.pt) decorreram nos dias 11 e 12 de maio de 2024, na Escola Secundária de Camões, em Lisboa. Durante dois dias, cerca de 140 pessoas passaram pelo evento e participaram nas 12 sessões organizadas, com o objetivo de pensar, criar e defender um modelo energético público, comunitário e sem fósseis. As JDE foram um evento gratuito, organizado de forma voluntária e horizontal, a partir de um pequeno coletivo de pessoas de diferentes organizações ou a título individual.

Durante mais de um ano, este coletivo reuniu e planeou um evento único em Portugal, cujos resultados, desejavelmente, deverão ser preservados e aprofundados no futuro. O evento foi financiado na sua totalidade pela comunidade, através de donativos, e não contou com quaisquer apoios institucionais, estatais ou empresariais, tendo para isso sido organizado um crowdfunding (<https://ppl.pt/causas/jdenergetica>), em que se angariaram 990 euros.

A realização das JDE não teria sido possível sem todas as pessoas que participaram durante os dois dias do evento, nem sem as pessoas que geriram a página online e toda a infraestrutura de inscrições, as pessoas que legendaram os vídeos, as pessoas que cozinham e serviram as refeições, que forneceram apoio legal e financeiro e os trabalhadores e trabalhadoras da Escola Secundária de Camões.

Este documento constitui um relatório sobre esse evento, reunindo resumos das sessões que foram organizadas, material distribuído, textos lidos, fotos e vídeos. No entanto, este relatório não tenciona ser meramente um documento para memória futura, mas sim um documento de trabalho e um ponto de partida para próximos passos na luta pela democracia energética em Portugal e sua articulação com outros movimentos, temas e organizações. Os temas e as discussões desenvolvidos nas JDE são mais atuais e relevantes que nunca, e através deste documento pode-se voltar a eles, dar-lhes continuidade e planear novas ações.

2. Manifesto

Por um modelo energético público, comunitário e sem fósseis.

Somos um grupo de pessoas que trabalham, estudam ou militam em iniciativas relacionadas com a energia, ou que simplesmente têm interesse em questões energéticas. Mais do que a nossa formação ou atividade profissional, une-nos o objetivo de construir, nos próximos anos, um novo sistema energético e defender uma **transição energética justa e democrática**, que entenda a energia como um direito e um bem comum.

Correm tempos de múltiplas crises: ecológica, climática, económica, social e geopolítica. O atual modelo energético, ou seja, a forma como a energia é produzida, transportada, distribuída e consumida, está direta ou indiretamente relacionado com todas estas crises. A produção de eletricidade a partir de combustíveis fósseis é o maior responsável pelas emissões de CO₂ para a atmosfera a nível mundial e, conseqüentemente, um fator de aceleração da crise climática que tem de ser urgentemente combatido. Mesmo perante esta evidência, as emissões de gases com efeito de estufa continuam a aumentar, e os objetivos de manter o aumento da temperatura média global abaixo dos 2°C em relação aos níveis pré-industriais e prosseguir esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, tornam-se cada vez mais longínquos.

Enquanto o planeta arde, a indústria fóssil floresce. O ano de 2022 foi o mais rentável de sempre para as cinco maiores empresas ocidentais de petróleo e gás fóssil - Exxon, Chevron, Shell, BP e Total Energies. Enquanto a população portuguesa sofre com a crise do custo de vida, o agravamento de situações de pobreza e o aumento dos preços da energia, as empresas dominantes auferem lucros exorbitantes (no que toca a lucros no ano de 2023, a GALP registou 508 milhões de euros no primeiro semestre, e a EDP 946 milhões nos primeiros nove meses).

Além disso, perpetuam lógicas de centralização e concentração do poder económico, inclusive capturando as vantagens económicas e alargando a sua dominância a áreas de organização colaborativa como as comunidades de energia e o autoconsumo coletivo, que foram concebidas para assegurar a participação ativa e democrática de cidadãos, dos poderes locais e de pequenas e médias empresas nos setores energéticos.

A pandemia e a guerra da Ucrânia desvendaram o elevadíssimo grau de dependência das economias europeias em relação aos combustíveis fósseis, a dificuldade em assegurar um mínimo de autossuficiência energética e o mau funcionamento dos mercados da eletricidade.

No meio destas crises, os governos não colocam em prática as medidas necessárias para respeitar os limites de emissões impostos pela ciência, para assegurar a

redistribuição do poder económico, nem para a realização de uma transição energética justa, democrática e equitativa. Por tudo isto, é hora de darmos mais um passo na construção de uma transição energética que sirva as comunidades e os cidadãos.

Para mitigar os piores impactos da crise climática, uma transição energética já está a acontecer, embora a um ritmo insuficiente e particularmente focada na produção a partir de fontes renováveis de energia. Ainda que a redução do consumo de combustíveis fósseis seja crucial e deva ser enfrentada de forma coletiva, por si só não responde às múltiplas crises que enfrentamos.

Urge, por isso, uma transição energética que repense, transforme e abandone o atual modelo de produção e consumo energético e que garanta um **novo modelo enraizado na democracia energética, na prioridade à eficiência energética, na suficiência, na circularidade de recursos**, bem como no respeito pelo património ecológico e pela biodiversidade, para não onerar as futuras gerações.

O grande desafio é traçar as trajetórias que nos levam a esse novo modelo energético. Para isso, atente-se no **atual modelo energético**. Constatamos que ele é:

- **Economicamente concentrado** e politicamente opaco, porque é, em grande medida, dominado por um pequeno número de grandes empresas privadas que tanto detêm grandes centrais de produção e comercializam energia aos consumidores finais, como, muitas vezes, operam as redes de distribuição e transporte de eletricidade. O imenso poder destas empresas é exercido sem qualquer tipo de participação cidadã ou controlo social.
- **Centralizado**, porque são as grandes centrais termoelétricas a gás fóssil, carvão ou as centrais de energia nuclear que continuam a produzir grande parte da energia. A aposta na instalação de centrais de energias renováveis por parte das grandes empresas também assenta numa lógica de concentração da produção em poucos locais, fazendo com que a eletricidade tenha de ser transportada ao longo de grandes distâncias, aumentando os impactos ambientais e as desvantagens sociais em territórios "sacrificados". Além disso, as infraestruturas de distribuição não foram concebidas para integrar a produção descentralizada, o que, na prática, dificulta o acesso de pequenos produtores, como as comunidades de energia renovável, a essa atividade.
- **Capitalista**, porque a energia é gerida como uma mercadoria que se compra e vende em mercados dominados por empresas que querem maximizar os seus lucros, e consumidores que precisam imprescindivelmente de energia, mas cuja capacidade para influenciar as decisões das empresas fornecedoras é muito reduzida.
- **Expansionista**, porque mesmo a instalação de centrais de energias renováveis não se traduz, a nível global, numa redução da capacidade instalada de centrais fósseis, tendo antes como objetivo suprir um consumo crescente de energia.
- **Desigual**, porque cria uma enorme assimetria no acesso à energia entre os países do Norte global - que mais contribuem para as alterações climáticas e mais

energia consomem - e os do Sul global, historicamente menos responsáveis pelas emissões de CO₂ e com menor acesso à energia. Além disso, também nos países do Norte global, milhões de pessoas não têm acesso a serviços energéticos essenciais e vivem em pobreza energética.

É necessário imaginar e construir um **modelo 100% baseado em energias renováveis**, que compatibilize e otimize produção centralizada e descentralizada e no qual a eletricidade seja gerada e armazenada, sempre que possível, próxima dos locais de consumo. Este **futuro energético alternativo**, deve ser:

- Orientado por uma lógica de gestão de um **bem comum**, guiada por critérios sociais e ambientais, e tendo em vista o **direito universal à energia**.
- **Transparente e gerido de forma coletiva, pública e democrática**, maioritariamente de baixo para cima, ou seja, a partir das comunidades, das cidades, dos municípios. Para tal, deve permitir o livre acesso à informação e promover o esclarecimento e consciencialização dos cidadãos e agentes locais sobre o seu funcionamento, de forma a garantir que possuem capacidade e autonomia para decidir sobre o modelo que querem.
- **Adaptado ao contexto** ecológico, social, económico e ambiental do local em que se constrói, desenvolvendo-se em harmonia com os interesses dos seres humanos e não-humanos que aí vivem.
- O resultado de um processo de profunda **transformação económica, social e política**, do qual emergirá uma proposta coletiva sobre o futuro modelo energético.

A transição para novo modelo energético será, também, um processo de **redistribuição do poder político e económico**, porque a forma como produzimos e consumimos energia não pode ser dissociada da organização política, social e económica das nossas sociedades.

Quantos mais formos, mais chances terá a Democracia Energética!

3. Resumos das sessões

hora	Sábado (11)			Domingo (12)	
	Auditorio	Refeitório	S48	Refeitório	S48
09:30-10:00	Receção				
10:00-10:30					
10:30-11:00	Abertura + Keynote (Ashley Dawson)			Uma transição justa para os trabalhadores do setor energético	Introdução ao SolarPunk
11:00-11:30	Comunidades auto-organizadas em torno da sua própria energia	Decrescimento e suficiência energética			
11:30-12:00					
12:00-12:30					
12:30-13:00		Almoço			
13:00-13:30					
13:30-14:00					
14:00-14:30	Energia e mobilidade comunitárias	Energia e bem estar – Habitação e Pobreza Energética.			
14:30-15:00					
15:00-15:30					
15:30-16:00					
16:00-16:30	Por uma energia pública e comunitária.	Lutas e movimentos sociais contra grandes projetos energéticos	Donos do vento: o papel da co-propriedade e do co-investimento na transição energética		
16:30-17:00					
17:00-17:30					
17:30-18:00					
18:00-18:30	Encerramento: Redes para Democracia Energética				
18:30-19:00					
19:00-19:30					
19:30-20:00					

Sábado, 11 de maio de 2024

10h – 11h

3.1. Abertura e keynote

A abertura das JDE esteve a cargo de Guilherme Luz e Mariana Silva e contou com dois momentos: num primeiro momento, foi lido um texto de abertura; de seguida, após a leitura de um texto introdutório, foi visionada a intervenção em vídeo que o professor Ashley Dawson (CUNY Graduate Center) gravou especialmente para as JDE. Os dois textos podem ser lidos abaixo.

Texto de abertura:

“Vivemos tempos de crises, tanto aquelas que já cá estão como aquelas que virão. Em primeiro lugar, vivemos, atualmente, uma intensa crise climática,

que faz a temperatura bater recordes em vários pontos do globo e origina eventos extremos. Mas experienciamos também uma profunda crise ecológica, que transforma irremediavelmente ou colapsa ecossistemas de forma abrupta por todo o mundo.

Enfrentamos também uma crise na habitação, nos preços e nas condições de vida, que atiram cada vez mais pessoas para situações brutais de carência e pobreza e até de sem-abrigo.

Além disso, assistimos a crises geopolíticas, com as guerras dos Estados e dos poderosos a eclodir em diferentes geografias por força das lógicas belicistas, de negócios de armamento e de controlo de território.

Somam-se ainda crises sociais e políticas, que se adensam à medida que forças demagógicas e manipuladoras, que fomentam racismo, xenofobia e negacionismo climático ganham espaço nos parlamentos e nas ruas.

Direta ou indiretamente, estas crises estão relacionadas com a forma como nos apropriamos das fontes energéticas. Ou seja, os modos como a energia é produzida, transportada, distribuída, armazenada e consumida estão relacionados com as condições em que estas crises se desenvolvem.

Seja por via das emissões de gases com efeito de estufa provenientes do uso de combustíveis fósseis na produção energética e na mobilidade.

Seja porque o modelo económico das grandes empresas de energia fóssil produz fortunas para uns poucos e desigualdades para a maioria.

Seja porque inúmeras guerras são motivadas pelo controlo de recursos energéticos e minerais, e inúmeros conflitos locais são gerados pela desigualdade de benefícios entre quem no local sofre as consequências do extrativismo e quem de fora enriquece com ele.

Seja porque as formas mais autoritárias de organizar a sociedade são também aquelas que querem manter os mesmos modelos energéticos fósseis, centralizados e opacos.

Seja porque, além das dificuldades de acesso a casas para viver acessíveis, em muitas delas se vive em situação de pobreza energética - incomodidade térmica, humidade, infiltrações. Por isso é que, aquilo a que chamamos Transição Energética, ou seja, uma transformação em direção a um novo regime de consumo e produção energética assente em eficiência energética e fontes renováveis, tem de contribuir, igualmente, para a resolução de todas

estas crises. Caso contrário, não será bem uma transição, mas mais uma extensão.

De qualquer forma, **esta transição tem de acontecer agora!**

E tem de ser capaz de eliminar os combustíveis fósseis da produção energética e da mobilidade, enquanto garante o direito universal à energia renovável.

Tem de conseguir dismantelar as grandes empresas (fósseis, elétricas ou tecnológicas), enquanto aumenta radicalmente a qualidade de vida de todas as pessoas no Sul e no Norte global.

Tem de ser capaz de construir formas de produzir e consumir energia renovável sem destruir ecossistemas e em harmonia com os territórios e as populações.

Tem de conseguir diminuir o consumo energético de uns, enquanto aumenta o de quem não tem acesso a serviços energéticos essenciais.

Tem de ser capaz de realizar uma profunda transformação de forma justa, a partir das bases e entendendo a energia como um bem comum.

Por fim, terá de ser democrática, ou não será legítima.

Independentemente destes requisitos, uma transição vai acontecer. Mas será definida pelas novas e velhas grandes empresas do setor energético e pelas suas margens de lucro de curto-prazo, através de processos opacos e autoritários sobre os quais nada sabemos e nada podemos. Vai acontecer de cima para baixo, com lindas e eficientes tecnologias, mas sem a maioria da população.

Mas hoje, como em outros momentos da história, a direção tomada por uma dada transformação será determinada pela relação de forças que está em cima da mesa. A transição energética não será exceção e será tanto mais justa e democrática quanto mais a sociedade se organize para pressionar, lutar e construir em conjunto os seus futuros energéticos.

Para isso, é imperativo debater e reunir, no mesmo espaço, comunidades de diferentes bairros da cidade, de diferentes cidades, de diferentes regiões, para descobrirem o que têm em comum e como podem unir forças. Mas também aproximar as comunidades de energia renovável aos movimentos sociais, para que, em conjunto, tornem as energias renováveis acessíveis a toda a gente.

É fundamental aliar as ONGs e lutas ambientais aos trabalhadores e sindicatos do setor energético, para que construam uma alternativa justa que não deixe nenhuma trabalhadora para trás. É crucial juntar cooperativas (de energia e todas as outras) com empresas públicas e municipais, para que construam uma alternativa pública e comunitária à gestão privada e mercantil da energia.

Mas nada disto é novo.

Nos últimos anos, têm existido diversos diálogos, e algumas destas conversas têm tido lugar nas ações do movimento pela justiça climática e pelo Fim ao Fóssil, nas lutas pela habitação, na luta contra o racismo e pela solidariedade com imigrantes, nas lutas contra a mineração ou contra os grandes projetos de energias renováveis, nas comunidades de energia que começam a dar os primeiros passos, nas iniciativas de solidariedade contra a pobreza energética, nas greves nas empresas do setor energético, nas cooperativas de energia e de habitação, nos projetos de autonomia e regeneração rural e urbana e nas inúmeras associações, coletivos e organizações (muitas delas aqui presentes).

Em suma, nada disto é novo.

Mas tem ainda um longo caminho a percorrer.

É para isso que estamos aqui hoje, para nos juntarmos e continuarmos essa conversa e, desejavelmente, para começar a desenhar, coletivamente, futuros energéticos mais democráticos.

Entre hoje e amanhã trazemos muitos destes coletivos e indivíduos para uma maratona de sessões com o objetivo de dar mais um passo na definição da transição que queremos e nas estratégias que permitirão concretizá-la.

Vamos discutir (mesmo que as discussões sejam duras), planear (mesmo que os planos sejam longínquos) e construir (mesmo que seja extremamente difícil) uma transição para um modelo energético que seja:

- 100% baseado em energias renováveis.
- Orientado por uma lógica de gestão de um bem comum e visando o direito universal à energia renovável.
- Transparente e gerido de forma coletiva, pública e democrática, de baixo para cima, a partir das comunidades, das cidades, dos municípios.
- Adaptado ao contexto ecológico, social, económico e ambiental do local em que se constrói, em harmonia com os interesses dos seres humanos e não-humanos que aí vivam.

- Que seja o resultado de um processo de profunda transformação económica, social e política.

Bem-vindas às Jornadas Pela Democracia Energética.”

Texto de introdução ao Professor Ashley Dawson:

“Bem-vindes e obrigada por estarem aqui neste dia de sol, num auditório escuro. De facto, prevemos que pensem bastante no sol lá fora, não apenas porque auditórios renovados como estes deveriam incluir janelas, mas porque energia solar será não só um tópico recorrente, mas um caso exemplar de contradições e dificuldades em pensar a energia.

Apesar de não ter participado na organização da programação destas Jornadas em si, contribuí com o meu voto na escolha do Professor Ashley Dawson para abrir estes dois dias. A apresentação das Jornadas segue-se a esta *keynote*, pelo Guilherme Luz.

Na apresentação que Dawson nos enviou, fica claro que pensar o conceito de energia implica reconhecer que este encerra uma tensão entre energia enquanto *comum* e energia enquanto mercadoria. As palavras que Dawson usa em inglês são o substantivo *commons* e o verbo **commoning**. No inglês medieval, *commons* designava o espaço comum de um baldio, onde aldeões mais próximos podiam respigar lenha ou deixar o gado a pastar e cujo usufruto era gerido coletivamente.

Nas últimas décadas, a teoria política recuperou este termo, nomeadamente através de autores como Hardt e Negri ou Dardot e Laval, de uma forma que extravasa o seu significado inicial. Digamos, para sermos breves, que designa comuns em tensão com a sua apropriação capitalista. Pode referir-se tanto a minério no fundo do mar em águas internacionais, previamente inacessível, mas que é parte integrante dos ecossistemas marinhos, como a novas modalidades de comuns, como a internet. E tal como os baldios ingleses que foram tornados propriedade privada no século XVII, estes comuns também estão em tensão com a sua privatização.

O livro de Dawson, *People’s Power: Reclaiming the Energy Commons*, percorre inúmeros estudos de caso, na sua maioria contemporâneos, demonstrando que a conceção de energia como um comum é um esforço contínuo e comunitário – que não é um substantivo, mas um processo, um ato contínuo, mais apropriadamente descrito através do verbo *commoning*.

Ainda em relação a este pensamento teórico – e porque o meu trabalho aqui é também tecer relações com o contexto ibérico –, Dawson refere a obra da economista e prémio Nobel da Economia, Elinor Ostrom, que, nos anos 1990, procurou dar uma contra-resposta a um livro influente, intitulado *Tragedy of the Commons*. Este livro advogava, de forma paternalista e condescendente, que não havia governo horizontal e comunitário possível, que o abuso de espaços comunitários, como os baldios, era inevitável, dada a essência gananciosa dos seres humanos.

Na refutação desta visão essencialista e universalizante – na pior aceção da palavra –, um dos estudos de caso de Ostrom diz respeito à Península Ibérica: o Tribunal das Águas. Este tribunal, provavelmente de herança árabe, administra, na região de Valência e Múrcia, a utilização das águas fluviais para o regadio agrícola de forma extrajudicial e extra-governamental, e está continuamente ativo há mais de cinco séculos. Queria deixar este exemplo aqui para demonstrar que a ideia do bem comum, seja um espaço comunitário e/ou o seu governo horizontal, não se reduz a uma importação de um jargão teórico anglo-saxónico. Procurando, encontraremos exemplos perto de nós. Se a coletivização das águas de Barcelona pela CNT, em 1936, tivesse durado mais e alcançado o objetivo de um fornecimento gratuito (fenómeno que nunca se chegou a verificar no contexto da guerra civil espanhola), talvez pudéssemos ter hoje um exemplo moderno da coletivização de um comum.

Voltando ao sol lá fora: no seu livro, Dawson lembra-nos, como outros autores o fizeram anteriormente, que o crude usado para combustíveis fósseis é também ele uma forma de energia solar acumulada, que decompôs e tornou fóssil o carbono da pré-história. Que a ideia de um crescimento económico constante está historicamente ligada, primeiramente, ao roubo de territórios coloniais e depois, no século XX, à descoberta daquilo que se achava que eram reservas de petróleo infindáveis que permitiriam um crescimento económico contínuo.

E o que significa energia aqui? Dawson explica o conceito de energia historicamente: «Para se pensar a energia como um comum e concretizar o que isto implica, temos primeiro de questionar profundamente o conceito de energia como uma coisa: um joule ou kilowatt-hora [...]. Mas esta aceção objetificante só se desenvolveu no século XVIII, no início da era do capitalismo fóssil.»

Se, por um lado, como refere Timothy Mitchell no seu livro *Carbon Democracy*, a democracia representativa e parlamentar como a conhecemos na Europa nunca esteve dissociada de um capitalismo fóssil, por outro lado, como refere Dawson, o capitalismo apropriou muito mais formas de extrativismo do que

o fósil: ao longo de quatro séculos, o trabalho escravo e, numa outra escala, a intensificação da caça à baleia. É preciso referir que a caça à baleia, que providenciava um óleo refinado, só cessou com a ascensão da indústria petrolífera, no século passado.

Referi ambas as atividades porque também constituíram fontes de extração violenta de energia, foram cruciais para a expansão do imperialismo português (Portugal traficou cerca de metade das pessoas escravizadas globalmente). Poderão ler mais sobre o crescimento e colapso dos mercados de animais não-humanos entre o século XV e XX num outro livro de Dawson, intitulado *Extinction: A Radical History*, ou ler mais sobre a sua crítica a processos que regem a conservação de espécies em extinção no volume que coeditou em 2023, chamado *Decolonize Conservation: Global Voices for Indigenous Self-Determination, Land, and a World in Common*.

Dawson irá referir que uma transição justa implica não ceder nas conquistas laborais e travar e reparar as injustiças estruturais dos regimes energéticos atuais. Queria ressaltar, com este ponto, que a relação de tensão entre o bem comum de um recurso e a sua mercantilização não é linear, e não obedece sempre à lógica de, num passado imemorial, ter existido um recurso comum que o capitalismo apropriou. E, como tal, queria referir um exemplo histórico final presente no livro *Fossil Capital*, de Andreas Malm (por sinal, na passada terça-feira, a Ocupação pela Palestina na Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa exibiu uma entrevista com Malm).

Malm demonstrou que a passagem da força motriz das águas fluviais para o carvão nas fábricas da Revolução Industrial britânica não se deveu à superioridade tecnológica dos motores a vapor. Pelo contrário, o motor a vapor só foi verdadeiramente adotado perante a conquista laboral do dia de trabalho de 8h, quando os patrões da era industrial se viram obrigados a intensificar a produtividade do dia de trabalho, apesar de terem acesso a uma fonte de energia renovável e gratuita – a fluvial. Tal como a adoção do petróleo serviu para destabilizar as vitórias laborais conseguidas pelos trabalhadores da indústria do carvão. Estas não são apenas lições históricas, são lições sobre a forma como o capitalismo fósil funciona. Por outras palavras, tem de se pensar o trabalho humano obedecendo às regras do mercado capitalista; tal como a energia, também existe nesta tensão entre uma coisa que nos pertence a todos e a sua mercantilização – tensão essa que tem de ser abolida.

Em conclusão, a transição energética implica, portanto, reconhecer que estas contradições inerentes ao capitalismo duram há muitos séculos; implica conceber a energia não só pelas suas propriedades físicas, mas também como um tecer de relações entre seres vivos e matéria inerte; implica ainda assumir

que a escolha de uma transição energética é fundamentalmente a escolha de um futuro político, muito para lá de uma solução tecnológica.”

11h – 12h30

3.2. Comunidades auto-organizadas em torno da sua própria energia

Esta sessão realizou-se no auditório e foi moderada por Vera Ferreira. Suhita Osório Peters assumiu as funções de facilitadora, incluindo a produção das notas que deram origem a este resumo.

A sessão contou com as intervenções de:

Ana Rita Antunes (Coopérnico)

José Nunes (que se juntou por vídeo conferência, em representação da CER da Culatra, a ser desenvolvida no âmbito do projeto Culatra 2030)

João Almeida (representante do Autoconsumo Coletivo de Ílhavo)

Miguel Macias Sequeira (representante da CER Telheiras e investigador no CENSE NOVA-FCT)

Ana Rita Antunes iniciou a sua apresentação com uma referência ao conceito de “cooperativa”, que se baseia em princípios mundialmente aceites, entre eles: são entidades sem fins lucrativos, democraticamente geridas pelos seus membros, que partilham entre si tanto os esforços como os benefícios. As cooperativas são, por isso, entidades que podem ter um papel muito importante num processo de transição energética que se pretende justo e democrático.

A nível europeu, já existem mais de 1500 comunidades de energia renovável (CER) agrupadas na RESCOOP, cujos objetivos de cooperação e ação são realizados com base em investimentos dos cidadãos e os benefícios que daí resultam revertem para a CER. A experiência mostra que as CER se debatem com alguns problemas técnicos, mas estes podem sempre ser resolvidos. Muito mais complexos são os desafios sociopolíticos e culturais que enfrentam.

As CER podem abranger uma grande variedade de ações, desde o autoconsumo coletivo à comercialização de energia, passando pela mobilidade partilhada e comunitária ou ainda pela reabilitação e renovação energética das habitações.

A Coopérnico é a primeira cooperativa de energias renováveis em Portugal, atua a nível nacional e já conta com 5400 membros. Esta cooperativa apostou, desde o início, na produção descentralizada de eletricidade renovável, sendo os investimentos em produção solar fotovoltaica realizados com base em empréstimos dos cooperantes à cooperativa, que com eles partilha os lucros daí resultantes. Há alguns anos, a Coopérnico alargou a sua atividade também à comercialização, uma área muito desafiante.

No entanto, a Coopérnico é um caso especial em Portugal. Enquanto a nível europeu a adesão de cidadãos às CER avança a bom ritmo (por exemplo, nos Países-Baixos já existem várias centenas de CER), em Portugal, só um pequeno número de iniciativas estão atualmente a implementar CER no terreno. A segunda parte da sessão foi dedicada à apresentação, análise e discussão de três destas iniciativas:

- 1) José Nunes fez uma introdução às especificidades territoriais e históricas da ilha da Culatra que levaram à criação do projeto Culatra 2030. Esta ilha-barreira da Ria Formosa, composta por três núcleos onde residem cerca de 900 pessoas, conta com uma vasta experiência comunitária, acumulada desde há várias gerações. O projeto Culatra 2030 inclui uma Agenda para a Transição Energética, que dá enquadramento à criação da CER local.
- 2) João Almeida falou do processo de criação de uma CER em Ílhavo. Tendo sido iniciado por alguns cidadãos, o projeto só ganhou capacidade de desenvolvimento quando a Câmara Municipal de Ílhavo aderiu à ideia. Num primeiro passo, está, neste momento, a ser preparada a constituição de um autoconsumo coletivo (ACC), que não implica a criação de uma entidade jurídica, apenas a elaboração de um regulamento interno e a nomeação de uma entidade gestora; não obstante, os iniciadores veem o AAC como um pilar para uma futura CER em Ílhavo.
- 3) Miguel Macias Sequeira, representante da CER Telheiras e investigador no CENSE NOVA-FCT, fez logo no início da sua intervenção um alerta: é preciso separar a ficção da realidade das CER em Portugal. A participação ativa dos cidadãos é, ela própria, uma ficção em grande parte dos projetos, onde a maioria dos cidadãos são apenas clientes de empresas comerciais. Se esta iniciativa em Telheiras teve sucesso foi, por um lado, porque nasceu no seio de uma associação local que já tinha vasta experiência comunitária (Associação Viver Telheiras que coordena a Parceria Local de Telheiras) e, por outro lado, porque conseguiu o apoio da Junta de Freguesia do Lumiar, de investigadores da Universidade Nova de Lisboa e da Coopérnico. O objetivo era produzir energia renovável e partilhá-la com famílias, pequenas empresas, associações e autarquia. Para tal, foi formado um Grupo de Trabalho com base em voluntários para definir os locais para a instalação de sistemas fotovoltaicos, estabelecer a entidade

jurídica responsável e o regulamento interno a aplicar, desenhar um modelo de financiamento e operação, comunicar com a comunidade local e envolver famílias vulneráveis em situação de pobreza energética. Na altura das JDE, o projeto encontrava-se ainda em licenciamento na DGEG, um processo extremamente moroso e burocrático que dificulta a implementação destas iniciativas. Uma especificidade do caso de Telheiras é a partilha da energia solar com famílias em situação de pobreza energética.

Durante a discussão, também foram abordadas outras questões interessantes:

- A concorrência de empresas privadas que tentam entrar neste nicho do mercado, mas cujo objetivo não é a autogestão das CER pelos cidadãos, mas a constituição de ACC e sua gestão por essas empresas, de acordo com os seus interesses e fins lucrativos.
- A necessidade de haver uma plataforma para alavancar a constituição de outras iniciativas, por exemplo, de mobilidade sustentável.
- Como mobilizar os cidadãos para iniciativas comunitárias? As relações pessoais são importantes, bem como o papel dos líderes.
- Na Culatra, apesar de ser um exemplo muito positivo, também existe uma descrença generalizada sobre o papel das instituições públicas e o envolvimento de cidadãos. O apoio dos cidadãos na CER resulta, antes de mais, do desejo de autonomia energética em relação ao continente. No entanto, também ali se faz sentir o papel das empresas privadas que instalam painéis fotovoltaicos para autoconsumo individual e coletivo.
- As CER criadas por Câmaras Municipais podem ser interessantes se houver um movimento de cidadãos que as obrigue a que haja uma partilha de esforços entre a autarquia e os cidadãos, e que estes sejam envolvidos na gestão das CER, garantido a soberania energética e a distribuição justa dos benefícios.

Lições desta sessão:

- Antes de haver uma CER deve haver uma Comunidade (Culatra/Telheiras).
- Mesmo existindo uma comunidade bem estabelecida, a parceria com as autarquias (Junta de Freguesia ou Câmara Municipal) pode ser de importância decisiva (Ílhavo e, em parte, Telheiras e Culatra).
- Os processos administrativos em Portugal são excessivamente burocráticos e morosos, o que também contribui para a desmobilização de cidadãos que aderem no início do processo, mas acabam por desistir.

- A concorrência de empresas privadas que estão a inundar o mercado do autoconsumo são um desafio à constituição de CER autogeridas.

3.3. Decrescimento e suficiência energética - quais os caminhos para uma sociedade com muito menor dependência energética?

Nesta sessão, abordaram-se as razões para a necessidade do decrescimento e da suficiência energética, os caminhos para lá chegar, as dificuldades no caminho e as estratégias para as ultrapassar. A sessão contou com a presença de:

Sinan Eden (Climáximo)

Sara Gaspar (Climáximo)

Nicholas Fitzpatrick (CENSE NOVA-FCT)

Hans Eickhoff (Rede Para o Decrescimento)

Destacam-se três ideias principais:

- 1) Porque é que o decrescimento e a suficiência energética são necessários?
 - O capitalismo é um sistema desenhado para o lucro contínuo e não para a sustentabilidade.
 - Os processos económicos são processos biofísicos, por isso, o crescimento verde é impossível.
- 2) Esta não é uma questão técnica, mas sim política.
 - É imprescindível separar as opções políticas dos potenciais efeitos na economia como prioridade de decisão.
- 3) Para que a mudança societal de paradigma possa acontecer, precisamos de construir já um novo sistema de poder político.
 - O caminho para essa construção tem de passar por uma resistência popular massiva, e não por ações de influência política em estruturas governamentais.

14h – 15h30

3.4. Energia e mobilidade comunitárias

Moderação: António Gonçalves Pereira (Coordenador da Ecomood Portugal e Embaixador do Pacto Climático Europeu)

Oradores:

Acácio Pires (Zero – políticas públicas no Grupo de Energia, Clima e Mobilidade)

Rita Prates (Zero – coordenação embaixadores Pacto Climático Europeu / Lisboa Possível)

Mário Alves (MUBi / Estrada Viva – Consultor de mobilidade)

Miguel Macias Sequeira (CER Telheiras, investigador no CENSE NOVA-FCT)

Resumo da sessão:

Com base num seu artigo recente, que serviu também para divulgar as JDE, António começou por fazer o enquadramento da sessão: como podem as comunidades de energia e soluções comunitárias de mobilidade estar na origem e impulsionar-se mutuamente? A Rita abriu o diálogo à plateia, colocando questões como: “quem daqui não veio de automóvel individual?” ou “quais as maiores dificuldades para vir de bicicleta ou transporte coletivo?”.

O Miguel resumiu brevemente a missiva que, no âmbito desta sessão das JDE, será enviada ao governo em nome do Pacto Climático Europeu (e que tem o Miguel e o António como primeiros signatários), instando à rápida transposição para a lei portuguesa de algumas normas europeias relacionadas com as comunidades de energia e o autoconsumo coletivo.

De seguida, o António apresentou alguns exemplos de soluções comunitárias de mobilidade, como autocarros e plataformas de boleias, dando destaque à *Mobility Factory* (<https://themobilityfactory.coop>) e também à sua ligação à REScoop (<https://www.rescoop.eu/>). Salientou ainda dados de uma plataforma de partilha de automóveis elétricos, como sendo bem exemplificativos dos resultados de redução de pegada de produção e de circulação: para 1100 utentes, a plataforma tem 80 automóveis. Uma redução de quase 90% no número médio de automóveis per capita.

Foi então visionada a mensagem em vídeo do Acácio Pires, que naquele momento estava a organizar as Jornadas Ibéricas da Ferrovia. O Acácio

colocou a pergunta: "Como é que a mobilidade sustentável pode ajudar a desenvolver a democracia energética?". Focou-se ainda na instalação generalizada e comunitária de captação solar em áreas já artificializadas e edificadas, para acelerar a transição energética com menor impacto, com essa infraestrutura a alimentar também soluções comunitárias de mobilidade elétrica, como complemento às soluções coletivas. Destacou a ferrovia como espinha dorsal da mobilidade, mas que tal só funcionará se houver nas estações um interface com outras respostas locais de mobilidade. E aí podem também entrar as soluções comunitárias.

O António aproveitou para complementar com informação sobre um grupo de trabalho que criou e em que o Acácio também está inserido, dedicado à promoção da conversão, ou reutilização, de veículos. Ao invés de irem para abate, podem ser convertidos para elétricos ou outra solução sustentável, prevenindo assim também a pegada de produção do veículo novo de substituição. E esses veículos reutilizados podem então servir para soluções coletivas e comunitárias, acelerando e democratizando a transição, dado o seu menor custo.

Seguiu-se a mensagem em vídeo do Mário Alves, também ausente, por estar a participar no evento da Ferrovia, que optou por dar o seu testemunho sobre a criação da MUBi e de outros coletivos e projetos, em resultado do aparecimento da Massa Crítica. Ou seja, destacou como a cidadania ativa, o espírito comunitário e de missão social de um pequeno grupo de cidadãos pode crescer exponencialmente e gerar movimentos e evoluções sociais muito significativas.

A Rita deu então o seu testemunho sobre projetos de alguns desses coletivos e da sua experiência em trabalho comunitário e ativismo pela mobilidade sustentável. E o Miguel dissertou sobre como vê a evolução futura da "sua" CER e sobre as soluções de mobilidade que antecipa que poderão vir a ser integradas.

Houve então lugar a intervenções da plateia, que proporcionaram uma conversa interativa com os oradores, tanto sobre a vertente de energia como de mobilidade. O António encerrou deixando a ideia de que as comunidades de energia e as soluções comunitárias de mobilidade não só se podem acelerar mutuamente, como são essenciais para uma transição sustentável ambiental e socialmente. E que sustentabilidade ambiental e social são aquilo a que chamamos democracia.

3.5. Energia e bem-estar – habitação e pobreza energética

Esta sessão realizou-se no refeitório e foi moderada por Rui Pulido Valente. Suhita Osório Peters assumiu as funções de facilitadora, incluindo a produção das notas que deram origem ao resumo transcrito abaixo.

A sessão contou com as intervenções de:

Rogério Roque Amaro (ISCTE)

Ana Rita Antunes (Coopérnico)

Avelino Sousa (Mentor do Projeto Power Poor)

Rui Pulido Valente explicou que o objetivo desta sessão é discutir o fenómeno a que se chama “pobreza energética”. No entanto, visto que este termo é bastante infeliz, foi decidido não o mencionar no título e fazer a introdução ao tema através de um outro conceito – o de “bem-estar”.

Rogério Roque Amaro começou por explicar que, para entender o significado de bem-estar, conceitos como economia e energia devem ser revisitados. Numa visão antropocêntrica, energia é vista como pilar de desenvolvimento das sociedades humanas. No entanto, energia é muito mais do que isso, ela é a base de vida de todos os seres vivos no planeta. Também a economia, entendida de um ponto de vista puramente antropocêntrico, apenas se ocupa das sociedades humanas e negligencia tudo o que acontece fora desse domínio, o que nos tem conduzido à destruição da biodiversidade e dos ecossistemas.

Procurando superar as limitações conceptuais das teorias económicas tradicionais, já nos anos 1980 do século passado se começaram a desenvolver visões ecocêntricas do mundo. E assim se chega ao conceito multidimensional e sistémico de Economia Solidária, que tem por objetivo assegurar o bem-estar de todos os seres vivos através de uma gestão dos recursos disponíveis baseada em valores como a equidade, a democracia, a sustentabilidade e a transparência. Embora a visão sistémica de desenvolvimento se esteja a disseminar por todo o globo, o conceito oficial de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas não contém referências a várias dimensões essenciais do conceito de economia solidária, como sejam a dimensão política, a do conhecimento e a da ética.

Para finalizar, e procurando criar uma ponte para o tema seguinte, Roque Amaro definiu pobreza como uma situação de não acesso a recursos fundamentais, pelo que o não acesso a energia explicaria a existência de

pobreza energética. Mas pobreza é um conceito interseccional, ou seja, está ligado à obtenção de rendimentos que, por sua vez, dão acesso a questões básicas como a energia e habitação de qualidade, por exemplo. Portanto, não se combate a pobreza energética sem ter em conta as relações intersectoriais da pobreza em si.

Ana Rita Antunes centrou a sua intervenção no projeto europeu Powerpoor, no qual a Coopérnico participou. Deste projeto resultou a formação de uma rede de “mentores de energia” que continuam a desenvolver outros projetos relacionados com o combate à pobreza energética. No entanto, tanto o projeto Powerpoor, como os projetos seguintes levantam problemas a vários níveis. Assim, não se podem usar os mesmos critérios para medir a pobreza energética em Portugal e em países do norte da Europa, onde o consumo de energia para aquecimento das casas no inverno não tem comparação com o que acontece em Portugal: aqui as pessoas evitam consumir energia para se aquecer, não por não terem frio, mas porque não têm dinheiro para a pagar.

Segundo Ana Rita, a política pode dar contributos importantes ao combate à pobreza energética, investindo na reabilitação urbana e assegurando uma melhor coordenação das diversas políticas e instrumentos que tem à sua disposição, como o vale eficiência do Fundo Ambiental, a tarifa social, subsídios e apoios sociais. Mas, finalizando, Ana Rita deixou a pergunta: faz sentido separar a luta contra a pobreza energética da luta contra a pobreza em geral?

A intervenção seguinte partia de uma perspetiva diferente: embora a pobreza energética e, de forma geral, as questões de eficiência energética tenham de ser abordadas de uma perspetiva sistémica, e a solução destes problemas exija intervenções políticas, há uma dimensão individual que não deve ser subestimada: se as pessoas souberem como podem poupar energia e reduzir a sua fatura de eletricidade e gás, podem alterar comportamentos e contribuir efetivamente para a solução do problema.

Há vários indícios que revelam que o nível geral de literacia energética é bastante baixo e é independente do nível de rendimento e do grau de instrução. Assim, Avelino Sousa convidou a assistência a participar num jogo “Mentimeter” para testar o nível de literacia energética das pessoas ali reunidas. Colocou cinco questões sobre a fatura de eletricidade e os resultados confirmaram a suspeita de que, também num público interessado em questões energéticas, muitos não sabiam interpretar as informações contidas nas faturas de luz e gás.

Durante a discussão foi realçada a ligação entre eficiência energética e decrescimento (só devemos usar a energia de que precisamos

indispensavelmente). Além disso, foi abordada a questão do papel que as comunidades de energia podem ter no combate à pobreza energética. Neste contexto, foi questionada a motivação de cidadãos para participar nesse tipo de soluções: motivações ambientais ou apenas de rentabilidade económica?

Em resposta, e fechando a sessão, Roque Amaro argumentou que o regresso ao Comum e à propriedade coletiva levanta sempre a questão da motivação do uso individual: as pessoas colaboram em soluções comunitárias porque querem efetivamente implementar uma opção coletiva ou fazem-no por razões de oportunismo individual para reduzir os seus custos ou aumentar os seus benefícios? Neste caso, estaríamos perante um disfarce neoliberal que deturpa o conceito de comunidade.

Lições desta sessão:

- A economia solidária pode ser uma alternativa ao modelo capitalista, mas exige um enquadramento político, jurídico e institucional em que visões ecocêntricas do mundo possam vingar.
- Não se combate a pobreza energética sem ter em conta as relações interseccionais da pobreza em si, em particular as inter-relações entre rendimento, habitação e energia.
- Mesmo num público interessado em questões energéticas, o nível de literacia energética é relativamente baixo, o que dificulta a implementação de comportamentos individuais visando o combate ao desperdício energético.
- Existe, muitas vezes, um conflito entre soluções comunitárias/solidárias e o uso individual dos benefícios: o oportunismo individual pode perverter a essência da própria comunidade e torná-la num disfarce neoliberal.

16h – 17h30

3.6. Por uma energia pública e comunitária

O objetivo desta sessão era apresentar e discutir diferentes análises e propostas (teóricas ou práticas) para um modelo energético democrático e para o movimento pela democracia energética em Portugal. A sessão partiu da premissa de que um modelo energético justo e democrático deve assentar na lógica do bem comum, guiado por critérios sociais e ambientais, tendo em vista o direito universal à energia e gerido de forma pública e coletiva. Deve ser adaptado ao contexto ecológico, social, económico e ambiental dos

territórios em que se insere e deve ser o resultado de um processo de profunda transformação económica, social e política.

No entanto, mesmo partindo destes princípios, as propostas concretas para um futuro energético justo e democrático podem ser muito diferentes entre si. Por isso, inventar, construir e defender um novo modelo energético implica também abrir um espaço de discussão entre diferentes perspetivas e propostas dentro do movimento pela democracia energética.

Nesta sessão, juntaram-se diferentes organizações com diferentes propostas para continuar essa conversa. Através de várias latitudes, foram abordadas questões fundamentais, como o papel do Estado e dos municípios e as diferentes escalas de decisão; o eterno debate entre centralização e descentralização do modelo energético renovável, as comunidades de energia ou a mercantilização da energia. Mas, acima de tudo, passou-se pelas relações de poder e injustiça que emergem do atual modelo, com os olhos postos nas lutas e processos que têm aberto caminho ao futuro democrático que queremos.

Foram convidados três coletivos/organizações para fazer intervenções. Essas intervenções foram previamente gravadas e enviadas por vídeo. Foram visionadas as intervenções de:

Josep Barbero da Xarxa per la Sobirania Energètica (www.xse.cat)

Rowan Mataram do Transnational Institute (www.tni.org)

Chris Vrettos das Rescoop (www.rescoop.eu)

Após as intervenções, foi dinamizada uma conversa com Leonor Canadas da campanha Empregos Para o Clima (www.empregos-clima.pt), Maria Santos da *Friends of the Earth / Community Power Coalition* (www.friendsoftheearth.eu) e Vera Ferreira do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

3.7. Lutas e movimentos sociais contra grandes projetos energéticos: solar, eólico, mineração e extrativismo

Esta sessão foi moderada por Lanka Horstink (GAIA) e juntou organizações que lutam contra grandes projetos energéticos ligados à mineração em terra e no mar, à energia fotovoltaica ou eólica, ou outros projetos industriais. O objetivo era tentar alcançar uma maior articulação, encontrar pontos em comum e compreender como podem escalar os seus resultados e efeitos.

3.8. Donos do vento: o papel da copropriedade e do coinvestimento na transição energética

O workshop foi dinamizado por Filipe Moreira Alves, investigador no CE3C da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e contou com 22 participantes de diferentes organizações ativistas e partidos políticos. Durante os trabalhos, dividiram-se as pessoas por mesas temáticas: justiça distributiva (copropriedade), justiça processual (participação pública), efetividade (governança partilhada), participação financeira (coinvestimento).

Cada mesa discutiu durante quatro rondas de 15 minutos e os pontos principais foram os seguintes:

1) Justiça distributiva

- Hibridização de parques solares e comunidades solares existentes com energia eólica devem ser priorizados, nomeadamente para microturbinas eólicas.
- Estimular iniciativas descentralizadas microeólicas.
- Hibridização dos parques solares da cooperativa Coopérnico.
- Portador de Visto Verde (para investimentos em energia eólica descentralizada).
- Possibilidade de ONG, municípios e outros afetados/impactados pelo vento serem proprietários de projetos (opções de ações e outros instrumentos financeiros).
- Alterações legais para tornar a copropriedade obrigatória para novos projetos de energia eólica.
- Incentivos fiscais e outros para promover modelos de copropriedade.

- Fortalecer os municípios para codesenvolver projetos eólicos com múltiplos parceiros, nomeadamente através da Associação Municipal de Municípios.

2) Justiça processual

- Investir na literacia e na educação sobre a transição energética.
- Empoderar as freguesias para o envolvimento e a ação dos cidadãos.
- Mais programas e fundos educacionais.
- Incentivar o emprego local, nomeadamente para minorias étnicas e outras comunidades desfavorecidas.
- Campanha "Se eles podem, nós podemos", com casos inspiradores ao nível do município.
- Empoderar os bens comuns (baldios) para projetos híbridos.
- Festival *Wild Punk (solar e wind punk)*.
- Realizar alterações legais para garantir a participação dos parceiros, ou seja, se não houver participação o projeto não pode continuar.

3) Efetividade

- Pré-consulta obrigatória à população e aos parceiros relativamente à localização, dimensão e principais impactos dos novos parques eólicos.
- Garantir que as minorias e outros grupos marginalizados sejam ouvidos e integrado nas fases de consulta de qualquer investimento eólico.
- Uma melhor e mais transparente utilização do Portal "Participa.pt", nomeadamente no que toca a abordar as preocupações levantadas pelos parceiros locais.
- Possibilidade da imposição de uma ação legal dos cidadãos contra novos desenvolvimentos, através de assembleias cidadãs com autonomia e poder político.
- Criar uma instituição (com autoridade adequada) para monitorizar o planeamento da expansão de parques eólicos.
- Estabelecer parâmetros mínimos para a participação da sociedade civil, como condição para obter projetos aprovados.

4) Participação financeira

- Alterar o quadro jurídico para tornar obrigatório o coinvestimento local, dando acesso prioritário a municípios, ONG, cooperativas, cidadãos e membros da comunidade energética.
- Estabelecer um valor máximo por ação para investimentos, para permitir que todos participem.

- Os ativistas devem desempenhar um papel proativo na mobilização de recursos financeiros através de *crowdlending* ou *crowdfunding* para a transição energética.
- Estabelecer linhas de crédito especiais para investimentos em energia eólica a nível local para cooperativas e coletivos locais.
- Outros investimentos em recursos não financeiros devem ser devidamente contabilizados e distribuídos.
- Mais e melhores informações sobre a viabilidade do modelo de negócio de turbinas eólicas e microturbinas eólicas devem ser fornecidos ao público (como acontece atualmente com a energia solar).
- Desenvolver o uso de *blockchain* e tecnologias de código aberto para democratizar o acesso ao investimento em tais projetos.
- Os condomínios devem investir na hibridização de parques solares existentes.

Pontos consistentes entre as quatro áreas:

- Mudanças legais são urgentemente necessárias para melhor enquadrar e exigir participação mais eficaz, clara e justa de todas as partes interessadas na transição energética.
- O investimento em literacia e educação para a transição energética é fundamental, nomeadamente a nível local e com foco na envolvimento, participação cívica e ativismo.
- São necessários incentivos financeiros, fiscais, processuais e outros para promover a participação das partes interessadas na transição energética.

Domingo, 12 de maio de 2024

10h – 11h30

3.9. Uma transição justa para os trabalhadores do setor energético

Esta sessão foi dinamizada por Daniel Carapau da Campanha Empregos para o Clima e contou com a presença de Bruno Candeias (Sindicato das Indústrias, Energia Serviços e Águas de Portugal) e António Silvério Rocha (Comissão de Trabalhadores da REN).

A sessão focou-se nas consequências para os trabalhadores e trabalhadoras de uma transição energética liderada pelas empresas e o capital, com especial ênfase no encerramento da central termoelétrica de Sines.

3.10. Visões de um futuro energético *Solarpunk*

A sessão foi dinamizada por Patrick Ribeiro e constituiu uma introdução ao *Solarpunk*. Para compreender o que é e de onde vem este movimento, partilhamos aqui o artigo ["Solarpunk - a descoberta de uma nova utopia transformadora"](#), publicado no número #2 da revista Ebulição

3.11. Workshop final: redes para a democracia energética - próximos passos para o diálogo

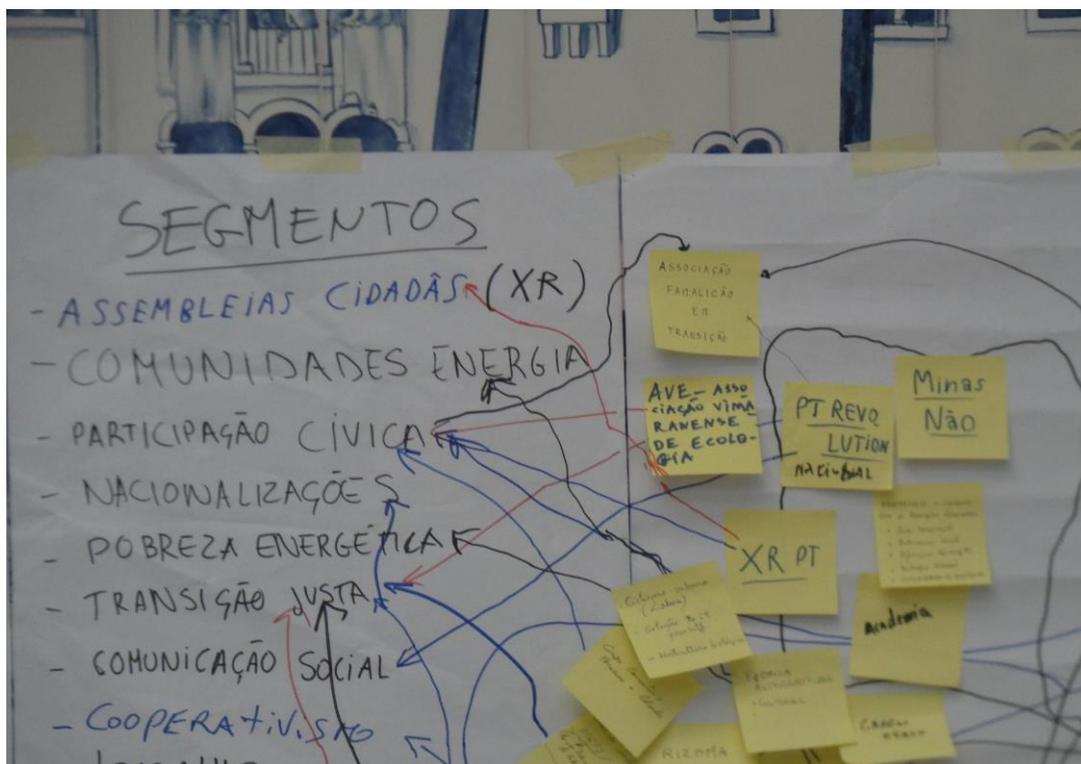
O workshop final das JDE estruturou-se em dois momentos principais:

1) Mapa dos movimentos/organizações:

- Mapear as organizações, os diversos temas em que se focam, bem como o âmbito geográfico em que atuam.
- Encontrar elementos comuns e criar elos.

2) Co construção da Rede para a Democracia Energética – objetivos e a rede na prática:

- Definir próximos passos e apresentar a ideia da criação da Rede para a Democracia Energética.
- Mapear recursos e capacidade das organizações.



Na segunda parte do workshop, trabalharam-se os pontos em comum e objetivos da rede:

- Desenvolver uma narrativa para uma transição energética justa e democrática.
- Trazer a energia para outros movimentos – criar pontes e estimular a interseccionalidade com os movimentos sociais.
- Capacitação para a implementação de uma transição energética justa e democrática, para que todos saibam falar de energia.
- Promover um espaço de coordenação, discussão e partilha de informação e conhecimento.
- Politizar as questões em torno da energia e da transição energética.

Começou-se também a pensar na próxima edição das JDE e como melhor envolver indivíduos e organizações, nomeadamente sindicatos. Definiu-se que a próxima reunião teria de ser online.

4. Uma análise conjunta das JDE e dos seus resultados: as JDE atingiram os seus objetivos?

Após as JDE, o grupo organizador continuou a reunir e a sua primeira tarefa foi avaliar o evento, a partir de uma análise conjunta. Para esse efeito, cada pessoa respondeu a um conjunto de questões, elencadas abaixo:

- 1) Quais eram para ti os objetivos das JDE? Achas que foram atingidos?
- 2) Que análise fazes das sessões em que participaste?
- 3) Conseguimos chegar a públicos diversificados (fora do meio académico e ativista)?
- 4) Achas que conseguimos construir uma rede ancorada na democracia energética?

A partir da análise das respostas recolhidas no inquérito dirigido aos coorganizadores das JDE, é possível sistematizar os objetivos do evento em três categorias:

- 1) Fortalecimento de redes e alargamento da mobilização.
- 2) Reflexão em torno da democracia energética e difusão do conceito.
- 3) Ação política e construção de um movimento para a Democracia Energética.

- 1) Fortalecimento de redes e alargamento da mobilização:
 - Juntar e conhecer outros ativistas desta causa, para que possam trocar ideias e trabalhar em conjunto.
 - Criar ligações entre cooperativas, associações e movimentos sociais e políticos, abrangendo grupos de diferentes contextos económicos, sociais, identidades e culturas.
 - Perceber que visões movem os diversos grupos de ativistas.
 - Sair da “bolha ativista” e levar as preocupações com a democracia energética para organizações noutras esferas, estabelecendo pontes com a questão da habitação e da economia do bem-estar e procurando uma aproximação aos bairros e às comunidades.
- 2) Reflexão em torno da democracia energética e difusão do conceito:
 - Dar visibilidade à causa e engajar mais apoiantes.
 - Discutir temas pertinentes para a transição energética em curso.

- Iniciar um processo de informação, divulgação e discussão multitemática e multidimensional em torno da democracia energética e sua concretização.
- Explorar casos de sucesso.
- Diferenciar-se do Encontro Nacional da Justiça Climática, aprofundando os aspetos específicos da democracia energética.

3) Ação política e construção de um movimento para a Democracia Energética:

- Identificar e lançar as bases para uma cooperação futura, designadamente através de uma Rede para a Democracia Energética.
- Iniciar um processo de luta sobre temas relacionados com a democracia energética.
- Criar um movimento social para levar a cabo atividades políticas relacionadas com a democracia energética: criticar a atual transição energética a partir de perspetivas anticapitalistas e propor um modelo baseado no bem comum e na energia pública e comunitária.

A análise das respostas revelou diferentes níveis de sucesso no alcance dos objetivos enunciados pelos coorganizadores das JDE:

No que diz respeito ao fortalecimento das redes e ao alargamento da mobilização, o objetivo de juntar e conhecer outros ativistas foi alcançado com êxito. Ainda assim, é imperativo aprofundar esta mobilização (por exemplo, através de eventos e convívios, reuniões/ações de sensibilização itinerantes, campanhas com municípios, campanhas de informação). No que concerne aos aspetos negativos, não se logrou uma expansão das preocupações com a democracia energética para lá da “bolha ativista”.

Relativamente ao segundo eixo – reflexão e difusão do conceito de democracia energética –, verificou-se um progresso importante no debate em torno da transição energética. Observou-se, igualmente, um consenso alargado entre os coorganizadores das JDE relativamente ao sucesso da discussão multitemática e multidimensional da democracia energética. No entanto, os objetivos de conferir maior visibilidade à causa e de engajar mais apoiantes foram apenas parcialmente alcançados.

Finalmente, no domínio da ação política, embora o processo de luta sobre temas relacionados com a democracia energética tenha avançado, as respostas indicam que não foi possível estabelecer bases sólidas para uma cooperação futura, designadamente através de uma Rede para a Democracia Energética.

Os coorganizadores das JDE consideram que o evento não conseguiu chegar eficazmente e de forma alargada a públicos fora do meio académico e ativista, especialmente ao público em geral. Os principais fatores apontados para justificar este insucesso prendem-se com o afastamento generalizado em relação ao trabalho que está a ser realizado nas comunidades e com a ausência desses públicos não académicos/ativistas na organização do evento, nomeadamente movimentos sociais, associações, cooperativas, mas também municípios. De modo a superar esta limitação, seria fundamental encetar um trabalho de proximidade e duradouro com as organizações que já estão no terreno.

A maioria dos coorganizadores das JDE considerou que não foi possível construir uma rede ancorada na democracia energética durante o evento. As principais causas referidas para explicar essa limitação incluem a falta de tempo e de uma estrutura adequada para gerir a diversidade de opiniões e iniciativas presentes. Um dos coorganizadores mencionou especificamente a necessidade de um workshop mais prolongado, com técnicas de moderação adequadas.

Apesar das insuficiências identificadas, os coorganizadores das JDE demonstraram-se confiantes em relação à possibilidade de consolidação de uma rede ancorada na democracia energética, deixando várias pistas para a sua efetivação:

- Manter um espírito agregador, de tolerância e de aproveitamento de sinergias e das diferentes ferramentas e mais-valias de cada componente.
- Começar por agregar um número restrito de iniciativas, cujos objetivos estratégicos exigem, concretamente, a implementação da democracia energética (justiça climática, habitação, mobilidade, extrativismo).
- Estabelecer colaborações com grupos, coletivos, projetos, instituições que estejam a trabalhar direta e indiretamente na democracia energética, desde as organizações mais formais e institucionais (como o Observatório da Energia) até aos desafios de bairro (como o de Telheiras).
- Começar por iniciativas concretas, como uma luta contra projetos específicos em determinados territórios ou a publicação de relatórios.
- Antes de esboçar estratégias e planear ações, é fundamental definir o propósito, objetivos de curto e médio prazo e organização (estrutura de coordenação/tomada de decisão) da rede.
- Envolver uma diversidade de públicos, incluindo organizações e coletivos fora do meio académico e ativista, como associações recreativas, desportivas e Juntas de Freguesia, para garantir uma cobertura territorial mais abrangente.

